

dinuas para sua cobrança, e que considerava suspeito. Quanto a questão da existência de as
 me feição, portador de tuberculose e que segundo relatava, foi abandonado pelo Secretário do
 Municipal de Saúde, ao seja, na Promissão Social, disse que não podia julgar de imediato esse
 vido, mas comunicava que para apimiar o funcionalismo cujos estavam sendo realizados
 e assim acreditava que tais medidas seriam minimizadas, e o requir encerra sua fala.
 Não havendo mais pontos incidentes, o Senhor Presidente transferiu os trabalhos para o
 he dedicado o Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Aprova-
 do Projeto de Lei nº 013/93 - Encargos Executivos nº 007/93 com o Aquecimento de Urgência
 nº 056/93 e Projeto de Lei nº 011/93 - Encargos Executivos nº 006/93 com o Aquecimento de
 Urgência nº 057/93, com a inclusão do Anexo Aditivo nº 004/93. Encaminhado a Comissão
 de Administração e Justiça o Projeto de Lei nº 015/93. Apreciado Aquecimento nº 059/93.
 Não havendo mais matérias para serem apreciadas e não incidentes para o uso do Tribu-
 na em Sessão Especial, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus E
 para constar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação
 Plenária, aprovada, não assinada para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Ato da Primeira Sessão Ordinária
 da Primeira Sessão Legislativa da
 Câmara Municipal de Povo São
 do no dia 27 de abril de 1993 mil no-
 vencentos e noventa e três.

Aos dezessete horas do dia 27 de abril do ano de 1993 mil novecen-
 tos e noventa e três, sob a Presidência do Vereador Cleonice da Silva Mendes e com a participa-
 ção da Primeira Sessão pela Vereador Dirla Perosa da Silva, reuniu-se Ordinariamente a
 Câmara Municipal de Povo São. Após leitura, reproduziu a chamada nominal as seguintes

Alc
Votaram: Dnyr Silva da Rocha, Adalton Linto de Andrade, Dnyr Bessa de Figueiredo, Al-
fredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Ladeira, Antônio Carlos Pereira da Rocha
Barreto, Roberto Figueiredo das Neves, Ivan Luiz de Araújo, José Oscar Elias, Wlqasem Schmidt, Luiz
Antônio de Azeiteiro Rocha, Edilson Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira e Silas Pe-
drigues Brito. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão
em nome de Deus. A seguir, foi lido e aprovado Ata do Décimo Quinta Reunião Ordinária
do Sumário Leitura Regulares. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente so-
licitou ao Senhor Sumário Secrelário a leitura do ~~Resolução~~ **Projeto** que constou do seguinte: Projeto
nº 064/93, de autoria do Ven.ador Dnyr Bessa de Figueiredo, assunto: Solução ao Exm.
Senhor Prefeito Municipal - esclarecimento quanto ao Decreto nº 1901/93 de 1º de Abril de 1993;
Emenda Substitutiva nº 012/93, de autoria do Ven.ador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, assunto:
Resolução sobre Emenda Substitutiva ao Lei nº 009/93, de autoria do Ven.ador Wlqasem Schmidt, assunto:
Resolução sobre Emenda Substitutiva ao Lei nº 009/93, de autoria do Ven.ador Edilson Roberto Pereira de Souza, as-
sunto: Solução ao Exm. Senhor Prefeito Municipal "condutoramento" para a Avenida Amé-
rica Central, em frente ao Colégio Estadual 31 de março, Projeto de Lei nº 016/93, de autoria
do Ven.ador Carlos Roberto Figueiredo das Neves, assunto: As turmas Simões (Computação) e E-
vas não pagadas não computadas em relação ao pagamento de Juro de Serviço para efeito de
Apostentação; Projeto nº 069/93 de autoria do Ven.ador Alfredo Luiz da Rocha Barreto,
assunto: Solução à Câmara Diretora do Câmara Apoio Financeiro e Material ao Projeto "Refe-
tório e Formação do Educador" e se desinstituído pelo Sindicato Estadual dos Profissionais
de Educação - SEPE, nos dias 07 e 08 de maio do ano em curso; Projeto de Lei nº 018/93
de autoria do Ven.ador Wlqasem Schmidt, assunto: Passa a dinamizar-se a fclpense da
Figueiredo e sua 2ª localizada no Bairro Jardim Esplanada. Sumariado o Livro de Expedien-
te, o Senhor Presidente parou o **Sessão** ao Ven.adores inscritos em livro próprio. Seguiu-
se da Sessão como primeiro orador eleito o Ven.ador Adalton Linto de Andrade, manifestando de
imediate sua oposição a Emenda do Ven.ador Alfredo Luiz da Rocha Barreto à Lei Orgânica,
promovendo ao aluno uniformizado livre acesso ao sistema de transporte coletivo do município.
Foi lido o requer da presença de alunos do Pedagogia matriculados após aos Ven.adores po-
rto o plano funcionamento do Ambulatório, o que considerava fundamental para o educando do
especializado, estando ainda de sua condição de pai de excecional. Disse que ali o momen-
to o governo municipal não havia manifestado apoio a Pedagogia e assim prestar assistência
a saúde e ao aluno. Disse que a Câmara da Prefeitura significava também interferência a
Lei Orgânica do Município nos seus capítulos e artigos dedicados aos excecional. Foi
lido o requer que a Administração do Bairro Jardim Esplanada, e assim a

Comunidade estava abandonada, com o mosquito proliferando por ausência de autoridade competente e falta de empenho do Administrador do Bairro, que na realidade o Senhor Edison dos Golbães era um "fantasma" na Administração Municipal. Em aparte, o Vereador Altair Roberto de Melo de Souza disse que o Senhor Edison Magalhães estava todos os dias pela manhã no salão do Grupo São Antônio, e estava realizando o seu trabalho. Anteriormente, disse o orador que o Administrador compareceu ao local de trabalho para apenas assinar o ponto pois do contrário não receberia o salário. Falou da falta de água no Bairro Louçara, e agravando a situação após a eleição do Senhor José Bonifácio. Disse que quando decidiu por apoiar o Projeto Bonifácio, pediu apenas apoio para a Saúde e Educação, e que até aquele data não recebera nada, principalmente do Secretário de Obras, que sequer recebia o Vereador. Falou do Grupo de Saúde de São Jacinto, que até aquele data não fora equipado para atender a Comunidade, e assim, todas as promessas do Projeto foram apenas em palavras, nada mais do que palavras, e assim, emendou sua fala. A seguir, culpou o Senhor o Vereador Altair Roberto de Melo de Souza e imediatamente prestou solidariedade aos alunos do Estalozzi, esperando que a situação de educação não fosse sanada rapidamente, até porque dependia de muito pouco espaço, e que o apoio da fazenda não faltaria, colocando-se a disposição dos responsáveis também na condição de membro do Conselho Municipal do Ensino dos Direitos da Criança e do Adolescente. Adiante, falou que a iniciativa de se construir o gradiente de acesso pelo estudante ao transporte coletivo, a condição de uma comunidade, não era o que constava na Lei Orgânica, e, no seu entender, para que não restassem dúvidas resolveu elaborar emenda constitutiva à Lei Orgânica, permitindo ao estudante uniformizado acesso ao Transporte Coletivo do Município sem a obrigatoriedade da carteirinha. Falou a seguir dos conflitos no zona rural de Cabo São, uma propriedade do que ocorreu no resto do País no luta pelo direito de plantar e mozer, relatando o assassinato do Senhor Ademir, ocorrido na última quinta-feira, e, que tomara como homenagem aos mortos, e, que estava no Angelim acompanhando as investigações. Disse que os relatos sobre o caso seriam públicos, isto porque na Casa existe a Comissão de Direitos Humanos e que se pronunciaria oficialmente. Disse, que particularmente, na diligência, acompanhara o próprio velório do homem e aos seus direitos, tendo certeza de que todos os movimentos organizados da população e que clamavam por justiça não exigem o fim da impunidade em Campos Novos. Disse que estando em Campos Novos na segunda-feira, poderia sentir que os seus filhos do laço os lugares dos mistérios se apagaram todos e recolhiam e ninguém sairia mais. Parou para quando um colega, Campos Novos parecia a sua fazenda humilde em Algodonópolis, no município do Rio de Janeiro onde ocorreu um velório urbano, o que não podia ser aceita, pois Campos Novos para os mortos associados por sua um paraíso, mas na realidade sua população vive o inferno generalizado. Falou

Doc

da presença dos estudantes na política e da necessidade de tais assuntos serem discutidos com mais abrangência, pois no fórum a esperança estava, assim como a ecologia, mas era preciso que o fórum tivesse conhecimento, informações. Falou a seguir que o Plano anunciado pelo Governo em abril quanto de abril passado, cujas um elíptico para aqueles que viviam a discrepância, considerando tal Plano demagógico, e que nenhuma linha do Plano falava na transformação total do País que passava sem dúvida pela Reforma Agrária, e assim, o Brasil vivia no presente a guerra no ambiente rural, com as mortes se sucedendo a mando dos que apenas especulavam com a terra. Disse a seguir, que o PT era radical e intransigente quanto a defesa da Reforma Agrária, a defesa do direito a terra e assim era preciso que os jovens se tornassem verdadeiros a favor da terra, mobilizando uma consciência que dormitava há muitos anos, que não se posicionava em defesa do trabalhador rural e que Cabo São Pampo Novo era um exemplo das mais típicas, estando a seguir o assassinato de Sebastião Kan. Disse que no caso de Sebastião Kan, fora necessária uma justiça apenas parcial, pois o mandante não fora preso e os condenados estavam fora do prisão, com liberdade, enquanto o companheiro que lutava pela justiça estava embaixo da terra. Falou também do assassinato em fevereiro último, do companheiro Salvador e três meses depois do companheiro Ademair, e assim o PT fumava a estalaca, que o Partido estava junto com a população rural, junto com os trabalhadores enfrentando aqueles que precisavam que amedrontavam a sociedade. Disse que acreditava, mais do que nunca nos jovens, e que seriam capazes de revolucionarem a sociedade, de regular a dignidade e exigir justiça até o final, até que fosse encontrada a sociedade culpada, não admitindo a hora por um "bode expiatório", e que era assim no histórico da justiça. Disse que quando saiu da Delegacia no último quinto-feira houve a certeza que de lado de fora estavam muitos culpados e, do lado de dentro estavam ainda alguns inocentes, pelas depoimentos da polícia e da própria justiça. Falou a seguir dos assassinatos de líderes sindicais em todo o Brasil, através de um grupo de extermínio comandado pelo UDR, e assim, os crimes cometidos no Arco Rural de Cabo São, não eram fatos isolados. Disse que o jornalista Ademair, também assassinado, juntamente com Sebastião Kan lutava pela assentamento de Campo Novo e, também tinha informações preciosas e, periclitadas com sua morte, e assim, finalizou sua fala. A seguir, nasceu a Tribuna o Vereador Carlos Roberto Lequeiro dos Santos, comentando inicialmente, Uruguai da Lei Orgânica que tentava de tanças no transporte coletivo, entre outros, o estudante quando uniformizado, ponderando que, se fosse um País sério bastaria o JET e seu novo quadro, como já comentara o Sr.

vador Alfredo Luiz do Rocha Barreto. Disse a seguir que o que estava em o interesse
 dos empresários nas ruas, e que a maior parte dos filhos do Brasil eram eleitos condutores de
 la, mãos dos empresários. Disse que a Empresa do Veículo Alfredo Luiz do Rocha Barreto
 o do Sigônica, permitindo o acesso ao transporte coletivo de estudantes, em
 a exigência da carteira imposta pela Empresa, era realmente desnecessária e realmente o
 Brasil fosse um país sério. Prosseguiu, disse que o Grupo JBT e seu núcleo quando, fora uma con-
 quista dos estudantes junto com o câmaro, e que não foi fácil sua aprovação, tendo por parte
 clamoral os estudantes, pressionando a Empresa e a Legislação. Falou também que a Empresa
 de Ônibus do município não atendia também a legislação ao deixar de colocar a numeração em
 todos os veículos, de forma visível para o usuário, principalmente para o analfabeto. Falou
 de sua satisfação em ver os estudantes nas ruas de São Paulo, lembrando a ano de 68 quan-
 do também estava nas ruas clamando por liberdade, e assim, quando via um estudante com
 o placar do Símbolo Livre, lembrava de sua luta no câmaro pela sua implantação, lutando
 solitariamente e assim conseguiu inclusão no do Sigônica, e em regulamentação quando do
 Ato do Regimento Interno. Em seguida, dirigiu-se ao Presidente, em nome de todos os
 e entidades organizadas de São Paulo, para que o Regimento fosse reformado com urgência que se
 fazia necessária. Falou a seguir do encontro que havia com uma participante do movimento
 estudantil mais recente, de quatro ou seis anos passados, e encontrou uma senhora cuja
 preocupação era fazer a comida para o marido, nada lembrando a estudante de forte
 personalidade, que enfrentava tanques, que dirigia ônibus. Disse que no encontro, no ca-
 zo de daquela agradável senhora, que sequer sabia como ir ao trabalho, em uma refe-
 xão, entendia que o estudante era um tipo muito grande, porque no ato de recordar,
 os olhos esquecia de olhar o mundo em volta e, que o homem só adquiriu maturidade quan-
 do se percebe o mundo e seus acontecimentos. Prosseguiu, disse que alguma das empre-
 mias imediatas, como o transporte coletivo, estavam os compromissos assumidos com o
 país, e, a partir do momento em que as pessoas pudessem ter acesso e comprometen-
 to, o mundo seria melhor compreendido, que os cidadãos, os jovens, não se limitariam em
 cinco anos, na figura de velhos senhores, de terno e gravata, no luto "jamaica bond", (sic)
 batilhando pelo lado no Rio de Janeiro sem mais nenhuma perspectiva de luta, de movimento
 estudantil, que por certo não passar, mas, o movimento pelo lado, pelos direitos humanos, pela
 dignidade, contra a corrupção jamais pareceriam. Disse que há movimento, na realidade
 de movimentos, não permanecer pelo lado do lado, pois caso contrário seria em vão a pre-
 sença dos estudantes do país nas ruas. Disse que o proibido fundamentalmente há que per-
 manecer no lado, esse fundamental, pois era o mundo que ficava para os filhos, para os

[Handwritten signature]

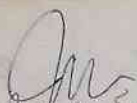
qualidade da posteridade. Durante a greve, que a luta pela passagem de ônibus não era apenas a luta pela passagem de ônibus grátis, era a luta de jovens por um mundo melhor e assim, não podia ser admitido o elevadíssimo mesmo na demora, até porque o povo estava acostumado a ter mais direitos do que anteriores, mas, era necessário que mais do que antes, continuou na luta incluindo assim sua luta. A seguir, compareceu a Tribuna o Vereador Luiz Antônio de Villa Nova, abordando inicialmente a questão da Pastaluzzi, lembrando que o escolar infringe a todos os Vereadores, através do Presidente da Associação, Professor Carlos Sidara, no um documento que retratava um quadro dramático e que requeria uma ação imediata para a sua solução. Disse que no dia anterior estava com o Sr. Rino Valério buscando uma alternativa para a entidade, tendo sido educado pela referida Senhora que o Prefeito estava sensibilizado com o problema da Pastaluzzi, que o Prefeito poderia agir com urgência por ambas as partes para que a entidade fosse localizada em outro local, e, que as outras enquanto por entre outras medidas, pela UBA, as entidades similar, e ainda por particulares através de ônibus. Disse ainda o orador que no Colégio Miguel Couto as exceções estavam sendo atendidas por uma classe especial e que o Secretário de Educação, se encontra os responsáveis pelas os alunos da Pastaluzzi para o encontro de uma solução paliativa ali que fosse de acordo a construção da Sede ou aluguel de uma casa. Ele requir, manifestou sua solidariedade ao Vereador Alfredo Luiz do Rocha Sena, pelo iniciativa de Emenda à Lei Orgânica permitindo que os estudantes bussem livremente os transportes coletivos, desde que uniformizados, sem a necessidade de cartão e não imposto pela empresa. Aplaudiu também a participação ordenada e entusiasmada dos estudantes, afirmando que através de tais manifestações iam se consolidando a dignidade e o patto social. Quanto a Emenda do Vereador Alfredo Luiz do Rocha Sena, a Lei Orgânica, dispense sobre acesso gratuito de estudantes uniformizados ao transporte coletivo, disse que o texto original já era claro, não entendendo porque não era cumprido pela monopólio de transporte em Gobo Fino, e, que estava uma longa e trabalhosa, o que não aceitava a protestava. Disse que por falta de vergonha no cargo a Empresa, não obedecia a Lei Orgânica, obrigando ao Vereador do PT a Emenda Modificativa, e mais, que entendia os políticos que haviam se acomodado esperando a dos pontos remuneráveis da população. Estava que o Fretel do transporte coletivo em Gobo Fino, estava estabelecido há décadas, e, que no dia 18 de fevereiro de 1999, através de Requerimento ao Poder Judiciário solicitava informações a Prefeitura quanto ao funcionamento da Auto Viação Salomina e, que explorava a população, e que a Empresa

debaixo apenas sete linhas. Foi também que entregara o Prefeitura depois de mais de
 estando infirmos quanto a licitação que originaram outras concessões para a Salinaria e
 que ainda não estava resolvida, lambeo verbente. Lamentou a seguir, matéria publicada em folha
 de São Roraima, sob o título "Folha" quando o Vereador Luiz Paulo (folha do PSB), solicitava adu-
 lamente por duas sessões de Projeto de Lei concedendo passe gratuito para trabalhadores desem-
 pregados de dez a um ano, comentando que em outros Municípios já estavam pensando até
 em transporte gratuito para os desempregados. Disse que em Cabo Frio o problema era falta
 de vergonha na cara, e mais, que não tinha medo, que já haviam tentado tudo para cassarem
 o seu mandato, e tentaram na cassação porque incomodava o camarada que monopoliza-
 va o transporte coletivo em Cabo Frio. Disse que mais uma vez era oportuna a criação
 da Empresa Municipal de Transporte Coletivo, ou até mesmo a abertura de concessões
 para outras Empresas que em Cabo Frio quisessem prestar um serviço digno. Disse a seguir
 que a Lei Orgânica determinava que era dever do Município prover transporte coletivo
 adequado com o poder aquisitivo da população, comentando o vereador que parecia que
 todos estavam falando em Alemão ou coisa parecida, enfatizando ser mais do que necessário
 uma análise profunda das tarifas da Empresa, pois o Empreendedor alegava que de
 tudo ao Projeto foi reduzido os valores, não poderia trazer sua frota, alegando o vereador
 que quem trazera a frota de ônibus era o povo de Cabo Frio pagando tarifas abusivas.
 Disse que não era necessário ônibus noventa e três para um transporte digno, bastando
 veículos em condições de trânsito, devidamente regulamentados pelo Poder Público. Disse ainda
 que a prática do Greve era abusar o Poder Público de quem o transporte coletivo, o que
 mentira, manobra utilizada para cada vez mais consolidarem poderes no setor. Disse tam-
 bém que existiam pessoas com a mente feia que trabalhavam no serviço Público, percebendo
 baixos salários e que eram subornados por partidos para subornarem a criação da Em-
 presa Municipal de Transporte, criticando a CTC por ter ônibus velhos, quebrados e que no
 de mais não do que o "Slogan" da estrutura dos ônibus. Concluiu sua fala, reiterando
 sua solidariedade aos estudantes e a urgência da Vereador Alvaro Luiz da Rocha Bar-
 to. A seguir, suscitou a Tribuna o Vereador Silas Rodrigues Costa falando de sua alegria
 em ver o estudante sobressaír lutando para que as leis fossem cumpridas no Município.
 Falou a seguir dos promissos de Companhia de Inibido José Bonifácio, aduzindo que o
 povo esperava pelo cumprimento das mesmas, envolvendo água, educação, Saúde, trans-
 porte Municipal, e não demissão de funcionários entre outros. Disse que chegara a quem
 panhar alguns comícios do Prefeito, e que no comício no Bairro Caçangas fora alvo
 de "charok", mas, não se acovardara, pois assim podia espiar da Tribuna e atendi-

Mr

tanto das suas reivindicações, do povo labobense. Disse que o atual Prefeito surgiu
ra quando ainda não era nascido, quando não havia inflação, ou seja, os tempos eram
boos. Pediu a seguir o Prefeito pelo não cumprimento da Lei Orgânica quanto ao
acesso de estudantes ao transporte coletivo e, também pelo abandono a que havia
vulgado a Sociedade Protolazzi. Manifestou a seguir total apoio a Comissão proposta pelo
Reverend Alvaro Luiz do Rocha Barreto, a Lei Orgânica, definindo o acesso gratuito do es-
tudante uniformizado ao Sistema de Transporte Coletivo do Município, enfatizando em-
do graficamente seria ele necessária caso o Prefeito se empenhasse no seu atendimento.
Pediu o Executivo Municipal por ter instalado a Secretaria Municipal de Pesca
onde estava instalada a Protolazzi, e que eliminasse a irresponsabilidade do Executivo
Municipal, prenunciando o "rater", episódio que o elegera mais uma vez, e deixando re-
gistrado seu protesto, iniciou seu discurso. A seguir, apoiou o Tribunal o Reverend Alvaro
Luiz do Rocha Barreto, observando inicialmente que faltavam mil trezentos e quarenta e cinco dias
para que a população de Povo Novo cessasse a sofrer. Falou a seguir que não era sua
intenção apoiar o Tribunal, uma vez que se encontrava abalado emocionalmente pela
perda de um familiar, mas, não poderia, ante os problemas colocados naquela Reunião, se-
hitar a comentários que considerava importantes quanto ao Município. Disse que es-
tava solidário com o Reverend Alvaro Rodrigues Bento, quando afirmara em seu discor-
so que faltava empenho do Prefeito para que a Lei Orgânica fosse cumprida, ante Com-
issão do Reverend Alvaro Luiz do Rocha Barreto definindo o gratuito de acesso de estudan-
tes uniformizados ao Sistema de transporte coletivo, e que recentemente já era con-
siderado na Lei maior do Município, e, apenas não era cumprida pela empresa con-
cessionária. A seguir, disse que apoiava integralmente a iniciativa do Reverend Alvaro
Luiz do Rocha Barreto. Com relação a Protolazzi, disse que mais uma vez lhe comprou afirmar
a existência de um Prefeito no Município, um Prefeito que realmente respeitasse real-
mente os mais elementares direitos do cidadão. Disse que o Prefeito ao assumir mon-
tara o prédio da Protolazzi totalmente reformado e com móveis e outros equipamentos
adquiridos em nome da entidade, mas o diretor, que não respeitava a sociedade or-
ganizada, instalara no espaço da entidade, utilizando material da referida Instituição,
a Secretaria Municipal de Pesca, em afronta do respeito a importante segmento da
comunidade labobense. Disse que diante de tal quadro, manifestava sua solidariedade
ao Reverend Alvaro Luiz do Rocha Barreto que de todas as formas tentava uma solução
para melhorar a Sociedade Protolazzi e tranquilizar alunos e seus familiares, e a seguir
iniciou sua fala. Quando prosseguimento aos trabalhos, o Senhor Presidente Alvaro do Rocha

Mendes, agradeceu a presença dos alunos, registrou a presença dos alunos atendidos pela Escola
 Nossa e parabenizou a todos pelo comportamento exemplar naquela reunião. Dirigindo-se aos
 vereadores Odalton Pinto de Andrade, disse que a Presidência permanecia uma Comissão para junto ao Pre-
 feito vir encontrada uma solução para instalar a Sociedade Pestalozzi. A seguir transpor-
 tou os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do Dia. Vinte e duas etapas foram apreciadas, as
 seguintes matérias: Relatou a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 001/93
 para a Comissão Substituinte nº 012/93. Encaminhados a Comissão de Educação foram os Proj-
 etos de Lei nº 006/93, 007/93 e 010/93. Aprovado Emenda Modificativa nº 0011/93. En-
 caminhada a Comissão de Constituição e Justiça Emenda Substituinte nº 012/93 e os Projetos
 de Lei nº 016/93 e 018/93. Aprovados os Requerimentos nºs 064/93, 069/93, 0511/93, 0521/93, 0526/
 060/93, 061/93, 062/93, 063/93, 065/93, 066/93. Aprovados as Indicações nºs 135/93, 107/93,
 139/93, 130/93, 131/93, 132/93, 133/93. Arquivado a Indicação nº 134/93. Não havendo mais
 matérias para serem apreciadas, o Senhor Presidente transferiu a Tribuna para a Exercício-
 ção Social, ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador José Oscar Elias, e abordando
 inusitadamente a questão da Pestalozzi, disse de sua tertega de que o Senhor Prefeito havia se
 responsabilizado e antecipado uma solução para tal quadro, pois era uma reivindicação dos mes-
 trizos, e assim também estava relacionado com a entidade. Foi-lhe a seguir que naquela tarde
 a Primeira demonstrara seu espírito democrático e de justiça ao aprovar a Emenda de auto-
 ria do Vereador Alfredo Luiz do Rocio Barreto, quanto a gratuidade no transporte coletivo do
 Município para estudantes uniformizados e já amplamente discutida naquela reunião, que
 teve solidariedade aos políticos São Gonçalo e São Francisco, que haviam sido aprovados
 pela OUV, pelo trabalho desenvolvido no Estado de Goiás, principalmente quanto a área de
 saúde, reduzindo os índices de mortalidade infantil, no que encorreu sua fala. A seguir, ocu-
 pou a Tribuna o Vereador Odalton Roberto Pinheiro de Souza registrando inicialmente a
 situação da Associação dos Vereadores do Bairro São Antônio, e que transcorreu em domi-
 nância e principalmente sem fraudes eleitorais. Prosseguiu, disse que essa se apresentasse
 grades no figuram presentes, tendo sido eleito o Senhor Quilvânio, parabenizando a
 seguir a organização do voto a cargo da Federação das Associações, tendo como re-
 presentante o Senhor Piné, mais conhecido como Piné do Village. Político se a disposi-
 ção da Diretoria eleito na eleição de Vereadores e Vereador do Bairro São Antônio. Ador-
 te, parabenizou o Vereador Alfredo Luiz do Rocio Barreto pelo aprovação de Emenda
 a Lei Orgânica definindo a gratuidade no transporte coletivo do Município para estu-
 dantes uniformizados, destacando a importância de pressão dos estudantes de Cabo Frio, no
 que encorreu sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador



Carlos Roberto de Souza, lamentando que enquanto outros estados eram homenageados pelo OUV, no Estado do Rio ganhava zero em Educação, o Município de Cabo Frio fechava o Prolabge, naquela data houve o encontro que a Administração determinou o fechamento do Hospital de Imasco, embora o distritado do Vinado, Carlos Roberto de Souza dos Santos do PSE. Citou a seguir e que considerava investimentos necessários da Prefeitura na compra de máquinas paradas e caminhões, quando o caminho correto seria a terceirização dos serviços, prática adotada com sucesso em empresas privadas inclusive. Disse a seguir que se o dinheiro fosse investido diretamente em Saúde e Educação o Município e sua população teriam melhor proveito. Disse ainda, diminuiu mais uma vez a prioridade do atendimento na área de Saúde no Município, e que embora críticas inclusive de moradores alinhados com a Administração, a populaçãoarente principalmente, continuava no seu pagamento. Disse a seguir que nada tinha contra a Administração Municipal, a não ser contra os erros, a falta de inteligência da Associação do Prefeito. Citou a seguir que quando a Demissão havia durava de investir em Saúde para investir em maquinário, uma década para no ponto a operação Pública e por isso mesmo concluiu que uma máquina nova já estava parada no pólo porque já estava danificada, falando a seguir dos prejuízos de tal máquina parada, visto o seu alto custo de operação e manutenção e assim, se no mundo mais produtivo para o Município que as alugasse, e, protestando, encerrava o relato. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Orlando da Silva Júnior, parabenizando inicialmente a mobilização dos estudantes Cabofrienses, pressionando a Câmara para aprovação de Emenda a Lei Orgânica de autoria do Vereador Alfredo Luiz da Rocha Baurto, quanto a gratuidade em transporte coletivo no Município para estudantes uniformizados. Adiante, quanto a máquina da Prefeitura parada no pólo por defeito mecânico, disse que era uma máquina antiga e que fora reparada e, que não era nova, e se assim fosse a garantia cobriria os serviços de reparos. Disse a seguir que o investimento em máquinas tinha como objetivo equi para a Prefeitura para dar início a médio prazo ao Plano de Obras do Prefeito Municipal e assim, etapas estavam sendo cumpridas embora as críticas daqueles que desconheciam as atividades da Administração. Disse também que com a aquisição de máquinas e caminhões, os professores da Prefeitura agora tinham equipamentos para exercer atividades produtivas e, não sendo transformados em funcionários fantasmas por falta de capacitação. Disse que empreiteiros apenas tinham o dinheiro do povo e que as obras apenas beneficiavam apariciados, como elevaram

Handwritten signature/initials at the top of the page.

vicente Governo do PMSB, com os equipamentos da Parquidade sendo vendidos, e, que até em 900 famílias habitam comissões da Prefeitura. Onde que cada Secretário do Município tinha seu Documento 1, se o Secretário de Saúde não morava nas casas para de comissões ou máquinas e assim, completa nos Secretários a perfeita e equilíbrio de gestão dos recursos. Protestando pelas câmbios que cometeu injustas ao governo municipal, encerrou a sua fala. Não havendo mais ordens para o uso da Tribuna em Externo para o Senhor, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para concluir, mandou que se lavrasse a presente Ata que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Handwritten signature in the middle of the page.

Ata do décimo sétimo Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo São Roque, realizada no dia 29 de abril de 1992, mil novecentos e noventa e três.

Ata dos dias 29 de abril de 1992 mil novecentos e noventa e três, sob a Presidência do Vereador Afonso do Santos Mendes e com a participação do Primeiro Secretário pelo Vereador Dilton Duarte da Silva, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São Roque. Além disso, responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Hugo Silva da Rocha, Adalberto Pinto de Andrade, Aires Sousa de Figueiredo, Antônio Carlos de Carvalho Andrade, Antônio Carlos Pereira do Couto, Alfredo Luiz do Espírito Santo, Carlos Roberto Nequero dos Santos, Eduardo Vieira Neto, Ivan Luiz de Araújo, José Maria Elias, Joaquim Schmidt Luiz Antônio de Melo Rocha, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira, e Wilson Rodrigues Pinto. Através número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada Ata do décimo sétimo Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **Relatório** que consta do seguinte: Projeto de Lei nº 019/92 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nequero dos Santos, assento: Passar a denominar-se Alberto Gabbay a Rua localizada no Bairro Algodão, com início no Av. Américo de Fontes passando em frente ao Hotel La Bica e término no Rua dos Graças, Enquadramento nº 061/92